

---

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - Medicamentos		
EVENTO : Reunião extraordinária	Nº: 0056/00	DATA: 02/02/00
DURAÇÃO: 1h56min	PÁGINAS : 54	QUARTOS: 24
REVISORES: MADALENA, MÁRCIA, ROBINSON		
SUPERVISORA: LÍVIA		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
SUMÁRIO: Votação de requerimentos. Discussão de assuntos internos.		
OBSERVAÇÕES		
Transcrição <i>ipsis verbis</i> . A abertura formal da reunião está à pág. 2. Há ordores não identificados. Há termos ininteligíveis. Há intervenções ininteligíveis. Não foi possível checar a grafia correta dos nomes abaixo citados: PROLAMA - pág. 9		

*(Intervenção fora do microfone.)#*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, mas tem que fazer com cada um, né.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, mas aqui precisa um... Qual é a distância? Precisa um prazo pra almoço aqui, né?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - *(Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente. Pediria dispensa da leitura da ata por ter sido já distribuída, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu nem abri a reunião ainda, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - É que eu ouvi V.Exa. abrir a reunião. Então eu aguardo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não abri a reunião ainda, mas eu...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Desculpe, ser mais rápido do que V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Esse conceito de ser mais rápido pode mudar de conceito meu pra V.Exa., entendeu? São conceitos diferentes, Deputado. Vou abrir a reunião, porque há número legal. Declaro, portanto, aberta a reunião da 19ª Reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópias da Ata da 18ª Reunião a todos os membros presentes, não indago, tendo em vista o pedido antecipado — considero anti-regimental —, do Deputado Robson Tuma, considero dispensada a leitura. Não havendo quem queira discuti-la, submeto-a em votação. Não havendo quem queira discuti-la, vamos colocar em votação. Aprovada a ata. Eu queria, antes de entrar na Ordem do Dia, dizer que, cumprindo deliberação de outra reunião, estamos programando uma visita, na próxima segunda-feira, às 10 horas, à Fundação para o Remédio Popular — FURP —, em São Paulo. Estamos prevendo também uma visita ao Hospital das Clínicas do Estado de São Paulo, da Universidade de São Paulo. Remeterei, oportunamente...

---

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Só tenho uma pergunta a V.Exa., Sr. Presidente: por que segunda?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Porque a gente trabalha aqui terça, quarta e quinta. Então aumentamos um dia o trabalho da semana. V.Exa. é contra?

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Não podia ser sexta? Ou sábado e domingo? Diante da argumentação de V.Exa., eu vou botar sábado e domingo também, que fica melhor, né. Se é pra a produtividade e produção, vamos botar sábado e domingo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu quis dizer que nas terças, quartas e quintas nós estamos reservados pra que... Vou responder V.Exa. Eu consultei os Deputados e S.Exas. preferiram as segundas-feiras. Já respondo diretamente. Foi uma deliberação de que iria ser segunda. E já está marcada, também, na próxima segunda subsequente a essa, uma visita ao Rio, para um contato com a Farmanguinhos e com o INPI — Instituto Nacional de Patentes Industriais. Isso nas segundas-feiras. Agora, evidente que se V.Exa. quiser modificar a decisão? Essa era a decisão. Eu cumpri uma decisão.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Eu não participei da Comissão, por isso estava ignorando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - É um prazer informar a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Com decisão tomada pela Comissão?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, foi. Consulte os Srs. Deputados. Consulte os Deputados.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Tá. Muito bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, apenas pra orientação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Nada impede que no futuro se determine outras diligências às sextas-feiras, mas estas...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Os encontros dos Deputados nas segundas-feiras dar-se-á onde? Em algum local prévio?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu acho que nós podíamos marcar exatamente 10 horas, 9h30min, na Fundação, 9h30min pra começar, pra gente manter o horário. Temos que ter um almoço no meio e, depois, nós voltaríamos, digamos, à tarde. Os Deputados que quiserem se inscrever, deveriam fazê-lo, entendeu? Eu acho que não precisaria de toda a Comissão. Poderíamos até nos dividir. Um grupo ir a São Paulo, outro grupo ir ao Rio, não é? Entendeu? De forma que...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Porque há muitos Deputados da Comissão que já são de São Paulo também, como há outros que são do Rio, que poderiam ir na do Rio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Exato. Exatamente. Pediria então aos Srs. Deputados que ...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, mas não há impedimento que Deputado de outro Estado participe da reunião de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não é impedimento. Eu, inclusive, vou tomar a liberdade de comunicar a alguns Deputados desses Estados que não pertençam à Comissão que queiram acompanhar. Eu acho que a Comissão só é prestigiada por isso, não é? Será prestigiada por isso, embora eles não tenham o nível de informação que os membros da Comissão já têm, não é? Mas seguramente é importante.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Em razão disso, eu gostaria que V.Exa. declinasse o endereço da FURP, porque muitos Deputados não conhecem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou distribuir o roteiro do endereço. A Fundação Popular fica na Rua Endress, com dois "esses", 1.800, Itapagica, Guarulhos, São Paulo. Entendeu? Vou ver se tem telefones e tudo o mais. Vamos marcar 9h30 no hospital, então, para que a gente possa tomar um cafezinho. Perdão, na fundação, né, fundação. Eu vou mandar fornecer aos Srs. Deputados: Rua Endress. Esta sendo distribuído aqui aos senhores.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, apenas uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Essa essa rua é de difícil acesso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Vocês desculpem, que eu tava recebendo um abraço do Marco Maciel aqui, que eu quero agradecer publicamente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Essa rua...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor é Vice-Presidente, né. Que intimidade são essas!

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - À vontade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - À vontade. Sou um mero aprendiz de V.Exa. Sr. Presidente, como essa rua é de difícil acesso, eu acho que seria prudente marcar uma reunião prévia num outro local, de fácil localização, para facilitar o deslocamento, porque essa rua é complicada, ela é em Guarulhos, ela não é na cidade de São Paulo; Guarulhos é na Grande São Paulo, mas não é na cidade de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - E rezar pra não chover, né?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É. Eu até talvez, sem querer atrapalhar, poderia sugerir que fosse invertido: primeiro Hospital das Clínicas, se for possível, que é um local de fácil acesso; e, posteriormente, deslocamento conjunto para a FURP, porque algumas pessoas poderão não localizar esse local da FURP, que não é de fácil acesso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Nós já marcamos este horário e posso tomar uma providência de, com a ajuda de V.Exa., mandar fazer um pequeno mapa, porque nós já marcamos isso. Então, se a FURP nos pagar o almoço ali perto, a gente almoça e vai pro Hospital das Clínicas logo, entendeu? Então, nós faríamos isso: eu vou pedir à Secretaria que providencie, com a sua ajuda, o mapa, e a gente se encontraria às nove e trinta lá, pra começar a reunião às dez horas. Feitos esses avisos...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - V.Exa. encaminhou a este Deputado um comunicado do Banco Central, porque nós aprovamos um requerimento de minha autoria, pedindo que o Banco Central encaminhasse a relação dos laboratórios com as operações CC-5. Ontem o Presidente do Banco Central comunicou que estava sendo feitas, apresentando algumas empresas. Porém,

como foi encaminhado a meu gabinete e pedindo que isso, solicitado pelo Banco Central, pedindo a relação dos laboratórios com os CGCs e o prazo, o período que gostaria daquela informação, que eu pus 24 meses, eu encaminhei já à Mesa essa solicitação com todos os laboratórios e os seus CGCs, o qual nos interessa a informação respondendo o ofício então de V.Exa em relação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu já encaminhei ao Banco Central.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu apresentei, Sr. Presidente, o requerimento. Ao meu gabinete, V.Exa. me mandou um ofício.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas essa providência, nobre Deputado, não sei se V.Exa. esteve ontem aqui.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu estive ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas nós já providenciamos, nós conseguimos estas informações junto à Receita Federal e graças ao Dr. Maurício, que aqui se encontra. Nós conseguiríamos ontem, aliás, anteontem essa informação e remetemos ao Banco Central. E ontem mesmo, sobre uma série destas empresas, ele nos forneceu já os dados aqui. Mas o que recebo com prazer a informação de V.Exa. se ela tiver alguma coisa a mais, nós complementaremos.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - É exatamente essa a minha preocupação, porque eu tô mandando cerca de duzentas empresas. E parece que o número de empresas que foram pra lá foram menores. E também, Sr. Presidente, eu sei que existe uma norma, mas como nós vamos, temos tido dificuldade em apreciar os requerimentos, até mesmo pelos depoimentos cansativos, que nós temos tido na Comissão, eu apresentei hoje três requerimentos que, se existir óbice, não há problema. Mas se puder, para facilitar, incluir na Ordem do Dia, pedindo pra convidar o Sr. Phillippe Boutaud, que é Presidente da Johnson, que é a empresa controladora do Laboratório Gelsen. Também solicitando informações à FENASEG, que é a Federação Nacional do Seguro, sobre todos os seguros pagos e aqueles requeridos e não pagos, sobre roubo de medicamentos e seus insumos e também solicitando ao Banco Central uma relação de pagamentos feitos, por importações e laboratórios, pedindo para se relacionar, inclusive, quem são os favorecidos. Isso porque as operações de pagamento de importação de insumos não são feitas através das operações CC-5, mas em operações bancárias de

transação comercial. E por isso teria que ter um requerimento com essas informações, pois não são as mesmas da CC-5. Então, se puder a inclusão, tudo bem. Senão, vamos aguardar, o novo dia de apreciação dos requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Os requerimentos, tem V.Exa. ciência disso, de um modo geral, entram numa sessão, eu distribuo cópias aos Srs. Deputados, e só nas sessões subseqüentes são examinados. Eu recebo com muita alegria os requerimentos de V.Exa. e submeto ao rito normal, entendeu?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, nada impede, apenas colaborando com a Mesa, que uma determinada solicitação possa ser aprovada de imediato. E lembro o caso de Uberlândia. Uberlândia foi apresentada (*ininteligível*) sessão pela urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas é lógico, Deputado. Isso é uma coisa de bom-senso. Eu tô de acordo com V.Exa. Naquele dia nós tínhamos que votar naquela hora e naquele momento o requerimento do Deputado Bittencourt, porque, se deixássemos pra semana seguinte, não é, a vaca tinha ido pra roça, não é verdade? E graças a isso, eu acho que a Comissão se fez presente oportunamente. Se houver algum requerimento de S.Exa. nesse sentido... A Ordem do Dia de hoje visa decidir sobre a diligência dos Srs. membros da CPI na cidade de Uberlândia. E há também sobre a mesa uma série de requerimentos de pedidos de informações não-deliberados. Eu proponho que a gente, em primeiro lugar, discuta o caso de Uberlândia, a menos que tenhamos alguma outra decisão do plenário. Naquela oportunidade, eu havia pedido que o Sr. Relator se pronunciasse sobre esta matéria. Indago, primeiramente, dos Srs. Deputados Luiz Bittencourt, autor, Deputado Mosconi e Deputado Robson se desejam adicionar mais algumas informação àquela diligência, para depois ouvir, iniciando a discussão, a palavra do nobre Relator. Também indago dos Srs. Deputados presentes se nós devemos fazer essa reunião em aberto, como estamos fazendo, ou se devemos torná-la reservada para que, eventualmente, possam os Srs. Deputados trazerem elementos que eventualmente não pudessem ou se sentiriam constrangidos em sendo aberta. Eu quero esclarecer que, ao fim e ao cabo, daríamos evidentemente à imprensa e aos interessados toda a decisão desta, todo o conhecimento das decisões aqui tomadas.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Sr. Presidente, é...

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Deputado Iris Simões.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Nós não temos nenhuma objeção da reunião aberta, mas eu acho que era mais produtiva quando a gente... nós não tivemos nenhuma oportunidade de fazer uma reunião realmente fechada. E ela é mais produtiva porque evita, inclusive, né, que os Srs. Deputados se expandam mais ainda, né, na questão dos discursos. Eu acho que ela tem que ser produtiva. Essa nossa reunião tem que ser produtiva. A Ordem do Dia começa daqui a pouco, e nós vamos ter que encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom, tá bom.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, a respeito de Uberlândia, eu acho que não há nada mais a acrescentar, a não ser que algum Deputado tenha alguma dúvida em relação a algum requerimento que nós já apresentamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu submeto aos Srs. Deputados a idéia de fazê-la fechada ou aberta. Os que forem para que seja aberta permaneçam de braços levantados.

(Pausa.) A reunião está aberta. Concedo a palavra, para se pronunciar sobre os requerimentos...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra, Deputado Mosconi.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Apenas gostaria de acrescentar que aos requerimentos apresentados anteriormente por mim e pelo Deputado Robson Tuma, acrescentamos mais um hoje, que nos pareceu muito importante, inclusive numa conversa que tivemos ontem com V.Exa., no sentido de irmos até o Diretor-Geral da Polícia Federal, para que a gente pudesse estabelecer com ele, já que é uma questão policalesca mesmo, por excelência... O que nós vimos em Uberlândia nos deu a nítida impressão de que se tratava de muito mais de que uma unidade só, se tratava, isso, sim, de uma rede ampla funcionando no País, que a gente pudesse ter lá o contato com o Diretor-Geral da Polícia Federal, para que a gente pudesse estabelecer com ele uma forma de trabalhar em parceria. É muito importante, segundo nós entendemos, a entrada da Polícia Federal nesta questão, Sr. Presidente, para que a gente possa dar um pouco mais de agilidade em



consequência a esse trabalho que nos parece muito importante. Então, é isso que eu gostaria de esclarecer a V.Exa., que V.Exa. já tem esse requerimento em mãos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não tenho, não.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Mas foi encaminhado na sessão...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - São mais três requerimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Na sessão da manhã, foi encaminhado à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela manhã?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - É. Então é isso que eu queria lembrar a V.Exa.: que o requerimento já se encontra aí na mesa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Coloco junto para a decisão os requerimentos por versarem da matéria da Ordem do Dia, os requerimentos dos Deputados Luiz Bittencourt, Robson Tuma, Carlos Mosconi. O primeiro deles, 165: "Requeremos a V.Exa., nos termos regimentais, que seja formada Comissão para empreender diligências junto à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a fim de levantar informações sobre a falsificação de remédios, assunto que motivou a realização de uma CPI naquele Parlamento, cujo relatório final apontou para a existência de uma máfia de medicamentos. Pelo volume de falsificações, segundo apurou a CPI mineira, a máfia dos remédios é responsável por 20% do total de produtos farmacêuticos comercializados no País, o que equivale a 10% total do faturamento do setor farmacêutico, arrecadando de modo criminoso algo em torno de 1 bilhão anualmente". O outro requerimento: "Requeremos a V.Exa., os mesmos autores, nos termos regimentais, seja solicitado à Assembléia Legislativa o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para apurar a falsificação dos remédios". Segundo o relatório, a máfia dos remédios faturou algo em torno de 1 bilhão anualmente. São dois requerimentos, não sei se um exclui o outro, né? São dois requerimentos porque se nós requerermos o PROLAMA (?), não há necessidade de ir uma comissão lá. Acho que um exclui o outro. E um terceiro requerimento, que, nos termos regimentais, requer seja formada uma Comissão de Deputados desta CPI, para realizar audiência com o Diretor-Geral da Polícia Federal, visando o estabelecimento de intercâmbio e desenvolvimento de ação conjunta no sentido de apurar denúncia e falsificação de remédios e outros assuntos, ora investigados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Bem, eu gostaria de ouvir sobre essas matéria, primeiro,

o parecer do Sr. Relator. Quanto a este da Polícia Federal, eu tinha realmente falado com V.Exa. e entendi até que nós devíamos pedir, desde logo, que a Polícia Federal fizesse uma ampla investigação em Uberlândia, em nosso nome. Acho que essa era uma providência absolutamente necessária, para que nós pudéssemos avaliar em toda a extensão ampliar aqueles subsídios que a Comissão tem e podia ser entregue à Polícia. Estou inteiramente de acordo com isso. Mas eu gostaria de ouvir sobre toda essa matéria o Sr. Relator sobre esses requerimentos que se encontram na mesa. Tem V.Exa. a palavra, Sr. Relator. Um desses requer pedido da CPI na Assembléia e o outro requer a ida de uma Comissão em diligência à Assembléia de Minas Gerais, para pedir as mesmas informações. A preferência por um dos requerimentos exclui o outro, no meu entender.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, acho muito lógica, ponderada e jurídica também a proposta do Deputado Mosconi. Na medida em que a diligência é feita, aliás, com muito zelo, apurou indícios mínimos não apenas de presumidos delitos de competência estadual, de jurisdição estadual de Minas Gerais, como, o que é mais importante, delitos federais, na medida em que os indícios, para não dizer a prova, já nos dão uma certeza de uma rede de distribuição e de troca de interesses comerciais, como frisou o Deputado Robson Tuma, até no fornecimento de matérias-primas de âmbito nacional. Então, se isso ocorre, me parece da maior importância que seja procurado o Superintendente da Polícia Federal, consultado, enviado as peças a ele, a gravidade do assunto, que evidentemente resultará na instauração de um inquérito com as providências cabíveis, já que se trata de um fato eminentemente policial, aliás, já investigado.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Sr. Relator Ney Lopes, a quebra do sigilo ficaria a cargo da própria Polícia Federal? Como é o procedimento aí? V.Exa. que é mais...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Na minha opinião, bem aí pode ser de uma forma ou de outra. Nós vamos quebrar sigilo pra quê? Pra nós, Deputados...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Pra saber o relacionamento desse laboratório de Uberlândia com possíveis conexões.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Sim. Agora, veja bem. O Supremo Tribunal Federal — e eu tenho várias decisões aqui —, é muito rígido nessa matéria de quebra de sigilo. Ele diz, em resumo, nas decisões, que todas essas quebras

têm que ser fundamentadas à semelhança do que ocorre com as decisões judiciais. Ou seja, uma relação que o eminente Ministro Moreira Alves chama de relação causal: o efeito e a causa. De forma que não pode ser por mera ilação. É claro que nesse caso típico, nós não temos dúvida de uma organização criminosa. Nós não seremos pueris, infantis, para dizer que não é uma organização criminosa. Mas como é uma organização criminosa com grandes indícios policiais, de necessidade de uma investigação rigorosa, a mim me satisfaz, sem prejuízo da Comissão entender de outra forma, porque tanto pode ser de uma maneira quanto de outra, que a Polícia Federal proceda a essa quebra de sigilo, porque de outra forma nós iríamos quebrar o sigilo para remeter para a Polícia Federal de forma que ela compatibilizasse nas suas investigações. Eu não vejo legalmente nenhuma vedação ante essa certeza de que se trata de uma organização criminosa que a Comissão quebre o sigilo, receba as informações e mande para a Polícia. Mas se a Polícia vai instaurar um inquérito, se nós temos uma Sub-Relatoria que acompanha já um inquérito, passaria a acompanhar outro. Eu acho que era uma tarefa a menos para a Comissão e a mais para a Polícia Federal, sem prejuízo do nosso acompanhamento. Agora, do ponto de vista legal, eu não vejo impedimento de que se adote. É só uma questão de bom-senso e de maior celeridade. Me parece que a maior celeridade será entregando tudo à Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Nesse caso, V.Exa. sugere que a quebra do sigilo seja feita por meio da CPI.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Não. A quebra do sigilo seja feita pela Polícia Federal ou então que a quebra do sigilo seja feita pela CPI, mas já designando, determinando que toda investigação seja feita pela Polícia Federal. Instauraria um inquérito já com o sigilo quebrado.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Robson Tuma, para discutir a matéria. Vamos fixar um tempo de quanto pra gente poder apressar? Três minutos? Três minutos. Tem V.Exa. a palavra por três minutos.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu entendo a preocupação...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Estou me inscrevendo, Sr.Presidente.

---

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Presidente, pela ordem. Estou me inscrevendo também.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu entendo a preocupação do Deputado Relator Ney Lopes, porém, Sr. Presidente, existe uma investigação policial, mas existe a investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela não pode por si só passar as informações e tudo aquilo que ela deveria apurar para a Polícia, senão ela não teria absolutamente nenhuma razão de existir. Porque nós vamos discutir sobre caracterização se existe na polícia Federal um inquérito sobre caracterização? Porque nós vamos discutir sobre falsificação se já tem lá em Uberlândia a polícia apurando este caso? O que nós temos, sim, é a responsabilidade de investigar e tentar também chegar aos culpados. Primeiro ponto. Segundo ponto: você imagine agora, nós estamos aqui com problemas, nos deparamos com um grande problema aqui. Qual é? Estão vendendo remédios por aí falsificados. Existe gente que pode estar morrendo por esse motivo. Nós sabemos quem são os falsificadores; conseguimos descobrir quais são os remédios que estão sendo vendidos e nós agora vamos esperar a polícia abrir o inquérito, fazer todos os indiciamentos, ouvir todas as pessoas novamente pra, posteriormente, fazer um arrazoado, aguardar a decisão da autoridade judicial e depois que a autoridade judicial der, ela encaminhar ao Banco Central pra fazer tudo aquilo que nós já fizemos, não há razão de nós não pedirmos a quebra de sigilo e muito menos razão de passarmos à Polícia Federal aquilo que é sim nossa obrigação investigar. O que eu sou favorável e acho que tem que acontecer é pedir para que a Polícia Federal designe uma autoridade policial e para que o Ministério Público designe também uma autoridade do Ministério Público para acompanhar o trabalho, para que, quando a CPI se encerrar, essas autoridades possam já começar o seu trabalho daí aonde nós conseguimos chegar, de onde nós paramos. Agora, Sr. Presidente, você imagine a CPI do Narcotráfico, então. Pra que existir a CPI do Narcotráfico, se existe na Polícia uma delegacia específica sobre entorpecentes? O que nós temos é a nossa responsabilidade parlamentar. Então, eu faço um apelo ao Relator pra entender essas posições que eu tenho colocado aqui, porque é de extrema importância que possamos analisar os sigilos fiscais e bancários desses indivíduos, assim como o telefônico, a fim de que nós possamos fazer uma apuração completa e tentar localizar aonde estão os outros laboratórios que fazem remédios falsificados e, obviamente, saber quem são os

distribuidores desses medicamentos, mesmo porque os mesmos seriam, em tese, os distribuidores de remédios roubados. Por isso há essa importância: aprovar esse sigilo. Eu sei o quanto é preocupante a aprovação de quebra de sigilo, porém, em alguns casos, é inevitável, infelizmente. Então, eu faço um apelo ao Relator pra rever a sua posição e aos demais membros que aprovelem estes pedidos, a fim de que nós possamos continuar essa investigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan)- Para discutir... bom , se V. Exa... Não, eu dei por três minutos. Eu queria... para um esclarecimento, com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Eu entendo a preocupação do eminente Deputado Robson Tuma e desejo descer a fundo nos problemas, nas questões, nas controvérsias que dizem respeito ao objeto dessa nossa Comissão. Inegavelmente, a falsificação de medicamentos diz respeito ao objeto da nossa Comissão. Agora, o ponto de vista que eu estou expondo, admitindo, obviamente, a contradição dos ilustres colegas, é para vencer etapas, Deputado Robson Tuma. Se nós vamos trazer para a CPI uma investigação policial, o que vamos fazer? Quando terminar a CPI vamos mandar para a Polícia Federal e para o Ministério Público. Então, já serão decorridos três ou quatro meses que, em última análise, termina beneficiando os acusados por conta da prescrição intercorrente de matéria penal. Se nós já remetemos à autoridade policial e a autoridade policial instaura o procedimento e nós o acompanhamos, nós estamos muito mais perto da punibilidade do que antes. Agora, é evidente que isso é um juízo da Comissão. Se a Comissão quiser continuar investigando bandido no interior de Minas Gerais ou no resto do Brasil, pode fazê-lo. Agora, a Comissão do Narcotráfico fazia porque era o seu objetivo principal. Esse, não quer dizer que não seja, mas não é o nosso objetivo principal. Nosso objetivo principal é a investigação do fato econômico, que pode ser até delituoso, mas é do fato econômico. Agora, eu não quero com isso invalidar o argumento de V.Exa. Por outro lado, quero destacar, um minuto só, que nós estamos diante de duas alternativas: a do Deputado Mosconi, que é do entendimento com a Polícia Federal, para instauração do inquérito, ou a alternativa de V.Exa., que é a Comissão trazer para si a competência de investigar. Eu opino favoravelmente à proposta do Deputado Mosconi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan)- Obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia. Três minutos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu queria ponderar, junto ao Sr. Relator e aos demais pares, que eu acho que a primeira pergunta que a CPI deve responder para si é qual a melhor maneira que ela cumpre um serviço à Nação. Evidentemente que, em tese, se nós, via CPI, ou via Polícia Federal, ou via Ministério Público, atingirmos o objetivo de entender as ramificações do que ocorreu ali em Uberlândia — ali foi a ponta do **iceberg** —, em tese não há prejuízo. Agora, eu quero a fazer a defesa de que a CPI faça essa investigação que não exclui, evidentemente, o trabalho da Polícia Federal. Eu parto do pressuposto de que a CPI não prejudica outras iniciativas. Por quê? Eu creio que, primeiro, nós já deliberamos — e está em curso —, a formação de uma equipe de assessoria, tanto da Casa quanto de técnicos de outras instituições, para que os Deputados não fiquem nessa condição específica de olhar papel apenas. Me horroriza a idéia da CPI de Medicamentos ficar correndo atrás de bandido no interior de Goiás. A figura que o Sr. Relator. Agora, o que eu defendo que a CPI e os Deputados devem se debruçar? Porque, eu creio, vai nos permitir adquirir uma experiência e um conhecimento que, de minha parte, eu não tenho e creio que a maioria de nós não temos, e que vai ser útil para fazer a investigação de outras possibilidades de delito: delito econômico, delito contra a economia popular, e assim por diante. Até porque algumas CPIs que tiveram, digamos, um trabalho relevante, como foi a CPI do Orçamento, por exemplo, aqui na Câmara dos Deputados — e eu não era Deputado Federal —, mas até aonde a gente percebeu, após a conclusão dos trabalhos e sendo auxiliado pela Polícia e pelo Ministério Público, apresentou à Nação um resultado. E daí resulta, na minha opinião, num fortalecimento do Poder Legislativo. A dimensão democrática do fortalecimento do Poder Legislativo, ainda mais quando estamos numa convocação extraordinária, tão questionada publicamente. E isso eu penso que qualifica o Poder Legislativo, fortalece a instituição CPI, porque muitas vezes nós somos, com ou sem razão, criticados por uma exacerbada tendência de uns querer aparecer e coisas que, evidentemente, não pode tisonar o essencial. Então, eu defendo, portanto, que a CPI, digamos, ela aprofunde o processo investigativo junto com a Polícia Federal e junto com o Ministério Público sem dado momento — quero fazer essa mediação —, nós, aqui no plenário, ouvindo democraticamente todos, julgarmos que, olha, aqui não nos acrescenta muita coisa, vamos deixar só a Polícia Federal, poderemos fazê-lo, mas eu penso que tá na minha contabilidade — quero externar —, que talvez nós

tenhamos que prorrogar essa CPI por outras motivações. Então, eu penso que isso consolidaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan)- Peço a V.Exa. que conclua.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu vou concluir, Sr. Presidente. me dê quinze segundos... que isso consolidaria o trabalho da CPI, do Poder Legislativo e, por conseguinte, da própria democracia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marcehzan)- Com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, por três minutos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu, inicialmente, queria fazer duas colocações básicas: a primeira é que eu estou preocupado com essa CPI e com seu resultado final de reduzir o preço dos medicamentos e fazer uma grande parcela da população que tem acesso a medicamentos, a nenhum preço, que possa, efetivamente, ter. Ficou demonstrado até aqui, nas várias manifestações que tivemos, que os vários órgãos que deveriam cuidar disso não estão cuidando nada. Ficou claro em todos depoimentos até agora. E, na verdade, é preciso — e aqui, como V.Exa., como o Deputado Alceu Collares, como o Deputado Carlos Mosconi, Deputados de vários mandatos, ficou provado que, quando a gente não caminha junto com o Relator, o caminho a que se chega não é o ideal. Então, eu queria ponderar, ainda que o Deputado Robson Tuma tenha razão, no afã de querer buscar uma solução, que nós devemos dar um crédito pro Relator, porque se nós não dermos um crédito pro Relator, ficarmos nos confrontando com o Relator, no final toda a CPI será prejudicada. Então, eu acho que jamais a gente devia colocar em confronto no plenário uma proposta do Relator. Poderemos até mudá-la, mas com a aquiescência do Relator. Mas querer confrontar uma posição do Relator é começar muito mal o trabalho que vai daí pra fora. E como lembrou o Deputado Arlindo Chinaglia: tem que perseguir a situação que é o objetivo principal, que é localizar os desvios e os erros cometidos, eventualmente, pelos laboratórios e não ficando atrás de bandidos e ladrões, porque esta não é a nossa preocupação. E lembrou muito bem o Sr. Relator: se o Ministério Público, o delegado responsável pelo inquérito, pedir a quebra de sigilo e não conseguir, aí sim, ele poderia vir buscar o respaldo dessa Comissão para fazê-lo. Mas, se o fizer por intermédio do processo judicial que já está instaurado, certamente ninguém conseguirá impedir a continuidade da

quebra do sigilo bancário através de uma decisão no Supremo Tribunal Federal. Então, o que eu queria ponderar é que não podemos querer nos confrontar em plenário com o Relator, porque o resultado, afinal, poderá ser perigoso. Portanto, em razão disso, voto acompanhando a posição do Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan)- Obrigado a V.Exa. Ao final também quero emitir opinião, mas vou ouvir primeiro os Deputados. Têm mais três inscritos. Deputado Geraldo Magela, três minutos para V.Exa. Deputado Salatiel, três minutos.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO-** Sr. Presidente, independente da posição do Relator, eu acho que as colocações do Deputado Arnaldo Faria de Sá são altamente próprias, mas quero manifestar minha posição totalmente concordante com a posição do Relator. Acho que não é meramente a questão de confronto, mas eu acho que a proposta do Sr. Relator é absolutamente cabível. Nós temos um escopo de assuntos muito amplo, muito variado. E eu acho que a colocação que o Relator fez sobre o papel da Polícia Federal e sobre o roteiro de muitas e muitas ações que nós temos aqui é perfeito. Eu quero dizer que me associo totalmente à posição do Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan)- Muito obrigado a V.Exa. Com a palavra o nobre Deputado Carlos Mosconi.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Sr. Presidente, é bom que a gente faça uma pequena análise das coisas aqui da CPI. Nós já fizemos aqui uma série enorme de audiências públicas e todas elas muito importantes. Mas nós chegamos a algumas conclusões aqui, Sr. Presidente, ainda que não tenha sido uma conclusão oficial da CPI, que as coisas são mais ou menos óbvias. Quer dizer, os preços estão lá em cima mesmo, como a gente imaginava e, na realidade, o Governo, aliás, não é culpa desse Governo, não é isso não. A estrutura administrativa do País está mostrando a nós que não tem condições de fazer uma avaliação muito mais correta do problema e coibir abusos que, na realidade, existem. Essa é uma questão já clara pra nós. A cada audiência importante que temos aqui, essas coisas vão ficando sedimentadas na nossa consciência. Pois bem, mas no andamento desse trabalho, Sr. Presidente, nós nos deparamos com o problema sério de Uberlândia. Fomos lá — eu, o Deputado Luiz Bettencourt e o Deputado Robson Tuma —, e nos deparamos lá com uma indústria clandestina de grandes proporções e com uma enorme distribuidora de medicamentos. O que nos



dá a entender, portanto, que a coisa não se restringe, de maneira alguma, a Uberlândia. Nos pareceu se tratar de uma rede operando no País inteiro. Bom, então, nós fomos na questão dos medicamentos pra ver preços, etc. e tal, mas nos deparamos com esse fato. Um fato que gente não esperava, mas que aconteceu. Agora, nobre Relator, nós estamos diante da seguinte questão: o que fazer de melhor para levar essa questão adiante? O que fazer de mais produtivo, de mais coerente, de mais conseqüente? Porque não podemos deixar essa questão de lado. Nós nos deparamos com o fato de Uberlândia: bom, isso não é da alçada da Comissão e vamos deixar pra lá. Não. Isso é da alçada da CPI, sim, sem nenhuma dúvida, até porque estamos aqui para defender os interesses da população brasileira, Sr. Presidente. Além dos requerimentos que nós apresentamos à Mesa, nós tivemos ainda o cuidado — nós três: eu, o Deputado Luiz Bittencourt e o Deputado Robson Tuma —, de sugerir à Mesa a ida de uma comissão à Polícia Federal para poder, numa relação ou num entendimento com a Polícia Federal, ver qual é o caminho que devemos seguir. Quer dizer, nós sabemos qual é o caminho que devemos seguir, mas eu, pessoalmente, considero - ainda bem que eu não tenho a experiência que o Deputado Robson Tuma tem na questão, até para uma... não sei se é hereditário ou genético, mas que ele tem muito mais do que todos nós aqui ele tem, sem nenhuma dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan)- Ou as duas coisas.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Ou as duas. Bom, Sr. Presidente, eu entendo que nós podemos perfeitamente compatibilizar as coisas aqui, dentro do que o Relator ponderou, que me parece muito apropriado. Vamos lá na Polícia Federal ter um entendimento com o Diretor-Geral, mas também sem deixar de lado a aprovação de algumas questões que foram colocadas como requerimento aqui à Mesa, porque, vejam bem, são coisas tão evidentes, meu caro do Relator. Nós vimos lá o seguinte: a gerente, a dona da indústria clandestina, nós vimos lá, nome, é fulana e tudo o mais, ela é esposa do indivíduo que é dono, proprietário de uma indústria legal. Pronto. Tá feito o jogo aí ou não tá? Então, ah, não vamos fazer, não sei se vai... no caso, a primeira coisa a fazer é quebrar tudo quanto é sigilo possível e imaginário dos dois. Depois nós vamos lá na Polícia Federal, tudo bem. Vamos ver o que mais vocês vão poder fazer, mas isso me parece uma coisa assim que não tem mais o que postergar, Sr. Presidente. Então, essas coisas mais óbvias que

não dependem de uma investigação, mínima que seja, eu acho que a Comissão poderia tomar, com a anuência do Relator, essas providências e...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan)- V.Exa. propõe o quê?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Que essas questões que são mais evidentes, que são totalmente evidentes, como ficou já claro, que a própria Comissão tome essa providência: quebra de sigilo desse pessoal aí, dos dois, pelo menos. E, em seguida, vamos lá na Polícia Federal ponderar o que vamos ter que fazer daqui pra frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan)- Com a palavra o nobre Deputado Perondi. Ou V.Exa. desiste?

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Não. Sou bem rápido. Eu acho que nós não podemos queimar todos os cartuchos. O Sr. Relator tem uma larga experiência. Vamos esgotar outros caminhos pra depois nós chegarmos a essa arma que, seguramente, essa Comissão vai usar e não vai deixar de usar, que é o expediente da quebra de sigilo. Então, eu proponho a quebra do sigilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan)- Obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Linhares.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, eu pergunto o seguinte: o que a Polícia já apurou? Nós temos, primeiro, de ouvir, senão vamos fazer um trabalho paralelo. Vamos saber primeiro porque nós vamos nos açodar e ir atrás da Polícia, quando ninguém sabe qual foi o trabalho da Polícia e que a Promotoria fez. Então, eu acho que seria a hora da fazermos esta Subcomissão concreta, porque nós estamos já concluindo algo assim bastante objetivo. Nós estamos em grandes audiências públicas. Já sabemos que o Governo não está tendo habilidade ou não está tendo condições com seus órgãos e já ouvimos todos. Então, aí o que nós ouvimos hoje a gente viu que não vai progredir. Então, eu sugeriria que o Relator, que está tendo um caminho bastante correto, vamos saber os dados da Polícia, os dados da Justiça, para que ninguém multiplique os entes sem razão suficiente. E vamos olhar as coisas bem práticas, porque se nós ficarmos só em audiência pública aqui, vence o período da nossa Comissão, pede-se prorrogação e aí depois não é dada mais prorrogação e nós encerramos esse trabalho todo, exaustivo, que está sendo feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V. Exa., Deputado José Linhares. Como último orador inscrito, e depois queria dar uma

contribuição o Deputado Alceu Collares, porque nós temos ainda algumas outras matérias importantes pra decidir.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - É isso. Poderíamos colocar em votação, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Alceu Collares com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Presidente, eu acho que nós temos o nosso tempo muito pequeno para as grandes tarefas. Nós temos aí uma relação de vinte laboratórios comprovadamente praticando carterização. O Deputado José Linhares traz também um elenco de laboratórios que, comprovadamente, através de notas fiscais, estão praticando a extorsão com remédios com valores muito elevados. Esse trabalho de Uberlândia eu acho que foi muito importante, mas que os companheiros não levem a mal, mas é espécie de autópsia que nós estamos fazendo num cadáver que a Polícia já trabalhou em cima dele, o que não impede que a CPI acompanhe, até por uma questão política, eu diria, até de fundo moral. Acompanhar a Polícia Estadual e a Polícia Federal para recolher os dados e trazer para esta CPI. Então, para ser prático, Presidente, eu estou encaminhando depois um requerimento pra ouvir, primeiro, eu tenho a impressão que nós estamos assim com essa lá de Uberlândia, espécie de batedor de carteira. Estão pegando batedor de carteira e esquecendo os vinte grandes, aqueles que estão lá, aqueles é que têm que ser objeto da nossa ida em cada desses laboratórios para verificar. Eu vou dar uma sugestão que pode ser prática: o requerimento pedindo a quebra de sigilo será encaminhado pelo Relator ou pela Presidência à Polícia Federal, que já está tomando conta ou à Polícia Estadual, que já está tomando as medidas cabíveis para apuração dos fatos considerados delituosos ou criminosos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Srs. Deputados, eu começaria por dizer que apreciei enormemente a posição ponderada do Sr. Relator. Gostaria de dizer ao Deputado Arlindo Chinaglia que quando ele fala do posicionamento da Casa, eu me encontrei com o Relator Moroni, Relator de uma outra CPI, brilhante colega nosso, e ele me dizia que num Estado eles haviam quebrado o sigilo bancário de dez pessoas, que oito já tinham se salvo pela Justiça com liminares, e que as outras duas não haviam ainda sido salvas porque não haviam requerido, entendeu? Eu acho que na medida em que, como tese geral, na

medida em que esta CPI quebrar o sigilo bancário, sem os pressupostos necessários para esta quebra, quer dizer, o que vai acontecer, de quem nós quebrarmos o sigilo que eles conseguirem a liminar da Justiça, eles vão rir na nossa cara. Eu não quero que ninguém ria desta comissão. Então eu vou pedir sempre um pouco de prudência nisso e por isso achei o relatório do Relator muito prudente. Não tenho receio de votar ou de quebrar desde que haja argumentos. Diante desse fato, eu gostaria de propor à Comissão o seguinte: Primeiro, que nós realmente recolhêssemos todos os subsídios e fôssemos à Polícia Federal, eu irei junto com a comissão de diligência para pedir à Polícia Federal. Eu peço ao nobre Deputado Robson Tuma que permita que o Presidente fale, depois eu posso até...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu, em momento nenhum, S.Exa.... eu pediria que V.Exa. tivesse educação quando se referisse a este e a outros Parlamentares desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu não estou faltando com a educação de V.Exa., Deputado. Deputado, V.Exa. fez gesto e ligou o microfone. Ligou o microfone e...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Gesto, não com a cabeça, não com...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu casso a palavra de V.Exa. e deixa eu falar, por gentileza.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Exijo respeito de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Respeito V.Exa. sempre o teve, Deputado. Eu exijo respeito à Comissão de V.Exa., entendeu? Eu exijo de V.Exa. respeito da Comissão e ao seu Presidente. Então, eu queria propor que a comissão fosse ao chefe de Polícia e nós pedíssemos que a Polícia Federal abrisse uma investigação. Segundo, que nós mantivéssemos essa comissão em diligência, acompanhando esses fatos e essa mesma comissão pudesse, se for o caso, aprovado o requerimento, recolher esses subsídios de Minas Gerais, ou por escrito, ou indo lá, como entender suficientes. Esses subsídios de Minas Gerais podem estar intimamente ligados. Eu acredito também que a gente poderia, eu acabo de receber o requerimento que propõe aqui a quebra do sigilo bancário dos sócios proprietários daquele laboratório que foi fechado. Consultei o Relator sobre isso e o Relator acha que há nesse caso pressupostos, porque houve uma diligência policial, houve o fechamento, a comissão acompanhou, há uma série de subsídios, isso o Relator acha. Então, eu acho que a gente poderia quebrar este

sigilo bancário como início. E pedir à Polícia Federal pra trabalhar por nós. Seria um braço nosso a trabalhar, quer dizer, nós poderíamos cuidar de outras coisas. De forma que queria fazer essa proposição junto ao Relator, ouvir a opinião do Sr. Relator e ouvir a opinião dos Srs. Deputados.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Se V.Exa. me permite, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, me causa espécie o Relator agora defender este último requerimento que apresentei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, quem está defendendo sou eu. Mas se V.Exa....

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Melhor ainda. Para mim, a posição de V.Exa. como Presidente e do Relator são essenciais. Se V.Exa. está defendendo a proposta de quebra de sigilo deste que está em suas mãos, por que não dos outros que se referem exatamente aos mesmos aspectos? Nós tivemos um cuidado, inclusive, Sr. Presidente, foram cerca de vinte pessoas presas e nós tivemos o cuidado de só pedir a quebra dos sigilos das duas empresas envolvidas aqui e mais esta, três empresas envolvidas que a polícia esteve aonde foram apreendidos os documentos e aonde as pessoas foram presas. Dos dois "citados", entre aspas, proprietários do laboratório falso, do proprietário do laboratório regular e dos dois indivíduos na qual eram usados os seus nomes. O número do telefone usado pelo laboratório falso estava no nome do Sr. Marcelo e outro estava no nome do Sr. Elcio, que era o motorista. Então, somente dessas pessoas que estão, obviamente, com as mesmas características deste que V.Exa. está defendendo. Então, eu não vejo razão de se defender esta quebra de sigilo e não dessas outras. Nós ficaríamos aqui a mesma coisa de nós pegarmos 10%, mas sem ter absolutamente nenhum outro dado para fazer o cruzamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Eu havia entendido que o Deputado Bittencourt, Deputado Mosconi e V.Exas. estavam propondo isso como uma forma de negociação, que apartaram de entendimento para que a gente não ficasse nem tanto ao mar nem tanto a terra. Havia entendido isso, por isso fiz esta proposta antes consultando o Relator. Acho que buscando o consenso para esta comissão trabalhar em consenso. Foi nesse sentido. Para uma rápida intervenção tem V.Exa., Deputado Arnaldo Faria de Sá, só depois vou dar ao Relator e depois vamos votar.

---

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu acho que, pelo o que eu entendi, esse requerimento era uma tentativa de conciliação e evitar esse confronto. E eu queria concordar com V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa. Obrigado a V.Exa. Rapidamente Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu quero fazer um esforço aqui, Sr. Presidente, eu sou favorável, já externei minha opinião, de que houvesse a quebra. Como, quem sabe, resolução que caiba para essa reunião e não encerre uma votação de maioria e minoria. Eu até gostaria de ouvir a opinião de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero esclarecer V.Exa. que os outros requerimentos nós não os rejeitaríamos, deixaríamos...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Exato, essa era a proposta que eu queria fazer. Que nós aprovássemos esse requerimento, que começássemos por esta empresa, e na medida em que o trabalho fosse se desenrolando, se não adiantar a gente percebe que não adianta, mas acho que assim...como um crédito aqui pra um primeiro passo começamos por aí, depois nós avaliamos a quebra dos demais para que, quem sabe, possa resolver.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Relator, como último orador encaminhando já a votação. O Deputado Bittencourt pede uma palavra e eu vou dar antes de V.Exa. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - Sr. Presidente, como forma de reforçar a colocação que foi feita aqui pelo Deputado Arlindo Chinaglia, eu entendo que dos laboratórios que foram interditados pela polícia da cidade de Uberlândia o SIDONE talvez seja o mais insignificante. Nós temos aí três pedidos que realmente são importantes com relação a esse assunto.É o que nós conseguimos apurar lá que é o Laboratório Quimioterápico, que é a Dona Genilda que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - O Laboratório Quimioterápico, a Dona Genilda, que era provavelmente a proprietária da fábrica clandestina e o Laboratório SIDONE, que também tinha uma fachada legal. Talvez nós colocássemos, pelo menos esse conjunto de requerimentos para serem aprovados

e a partir daí nós desdobraríamos, até porque os outros requerimentos são de pessoas que são de uma certa forma diretamente ligadas ao Quimioterápico e ao SIDONE, que vão aparecer são sócios efetivamente. Mas, abrindo o sigilo bancário dos laboratórios e dos sócios desses dois laboratórios, dos sócios e da Genilda, provavelmente nós vamos conseguir atingir o espectro mais amplo, maio, dos envolvidos nesse problema ocorrido lá em Uberlândia, Minas Gerais. E espero que isso possa, de uma certa forma, atender aqui à expectativa da Comissão e que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, para um esclarecimento da Comissão, quem eram os proprietários dos laboratórios clandestinos?

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - Provavelmente a Sra. Genilda. Por isso que nós precisamos fazer uma quebra de sigilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas esse não era o laboratório que foi fechado?

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - Provavelmente também pode ser ela a dona de um desses laboratórios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas esse é laboratório fechado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - São dois laboratórios fechados e uma fábrica clandestina. Então, através da quebra do sigilo bancário, telefônico, é que nós teremos condição de dizer se é ou se não é.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas a Quimioterapia não é um laboratório clandestino.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - É um laboratório com fachada legal e com fortes envolvimento com a fábrica clandestina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas esses são fortes envolvimento, veja V.Exa., eu não entendi nada mais. Porque eu entendi, Deputado Luiz Bittencourt, que esse requerimento, volto a insistir, era a grande conciliação do entendimento que nós fazíamos quebrando isso, porque este era o laboratório. Os outros V.Exa. falta fortes indícios...

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - O outro também foi fechado!

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - ...fortes indícios. Veja V.Exa., fachada legal, é uma firma constituída. Com relação a ela não foi apresentada nenhuma atividade ilegal, segundo eu estou informado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - Foi, foi, ela foi interditada pela polícia como o SIDONE também foi, que é um laboratório com fachada legal, só que os produtos que foram encontrados aí, os sócios envolvidos nesse laboratório provavelmente são os mesmos envolvidos na fábrica clandestina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pois é, mas veja, Deputado, que sobre esses, Deputado Bittencourt, há uma consciência total desta Comissão de que esses são os envolvidos, de que esses estão no cerne, de que esses se movimentaram. Então eu acho que nós tínhamos que começar por fazer a quebra destes e depois examinando. Eu peço a compreensão de V.Exa...

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - Mas são esses, Sr. Presidente. É o Laboratório Quimioterápico, o Laboratório SIDONE e a fábrica clandestina. Isso aí é um ente só.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado V.Exa. Tem a palavra o nobre Deputado Relator.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Bem, eu indagaria aos colegas da diligência o seguinte: Pessoas jurídicas são duas ou três envolvidas, o SIDONE, a Quimioterápica e...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - São três.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Clandestino não é pessoa jurídica.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - São três. Um é o Laboratório Quimioterápico, que o proprietário Sr. Eduardo é marido da Dona Genilda que fazia o pagamento e administração do laboratório frio. Outra, o sócio da Dona Genilda no laboratório frio é irmão do Seu Eduardo, que é proprietário de uma distribuidora. Então são dois laboratórios e essa empresa Mirabile Ltda). E o terceiro, que é esse outro laboratório, SIDONE, que foi localizado junto, algumas coisas no laboratório frio e que a polícia também fez a busca e apreensão e fechou. Então são dois laboratórios e esta outra que é a empresa Mirabile, que inclusive, os produtos que estavam ali, os insumos para se fazer aqueles remédios que vieram de importação tinha nas suas caixas o rótulo com o nome da empresa Mirabile. Então, são duas empresas químicas e essa outra que é a Mirabile que parece ser uma distribuidora



de remédios. De pessoas físicas: O Sr. Eduardo, proprietário do Laboratório Quimioterápico, da Dona Genilda e do Sr. Eduardo — estou procurando o nome exato aqui.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - São três, Deputado, é isso.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Só um minutinho, do Sr. Helvécio Miranda Rangel, que também é irmão do Seu Eduardo; da Dona Genilda e do Sr. Helvécio, que trabalhavam no laboratório frio.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - São três pessoas que o senhor está propondo, é isso?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Física não, eu vou explicar. Das que nós estamos propondo, do Sr. Helvécio, da Sra. Genilda e do Sr. Eduardo. Eduardo é dono do laboratório quente, os outros dois eram do frio. O Sr. Elcio, o Sr. Marcelo e a Dona Roseli pelo seguinte: nos documentos que foram apreendidos nós vimos que as contas telefônicas, por exemplo, inclusive no depoimento prestado a nós pelo Sr. Elcio ele confirma isso, era colocado no nome desses indivíduos. Então, se nós quebrarmos o telefone do Sr. Eduardo, por exemplo, nós não vamos pegar eventualmente transações financeiras e ligações para compra de insumos e para receptadores dos remédios falsificados, porque os produtos usados, ou seja, telefone, conta bancária, por documentos que nós encontramos, estão no nome desses três indivíduos. Por isso que é importante também desses três. Então, seriam seis pessoas e três empresas, sendo duas empresas, nove sigilos.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Qual que é a proposta que o... Porque o seguinte: agora ficou claro, ele propõe...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Perdão, perdão. Eu vou ter que botar ordem na... Tá com a palavra o Sr. Relator. Se ele conceder V.Exa. pode apartear o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Eu quero uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Então, questão de ordem...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Eu quero entender o que que eu vou fazer. Eu, agora — agora! — é que eu consegui entender, e por responsabilidade minha e não de quem estava explicando, exatamente qual é a proposta do... do Deputado Tuma. São nove sigilos que ele quebrar. A mim ficou claro, considero que ficou claro pra todo mundo. Eu queria saber qual é a

proposta... me parece que a proposta que o Deputado Bittencourt faz é distinta desta e distinta, Sr. Presidente, da que o senhor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu esclareço V.Exa.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - ... da que o senhor propôs. É uma intermediária às duas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Esclareço a V.Exa. O que eu havia colocado, Sr. Deputado — pra responder à questão de ordem, depois devolvo a palavra ao Relator —, é que, tendo em vista uma série de requerimentos — e agora, na última hora, chegou um requerimento do Deputado Mosconi, Deputado Bittencourt, Deputado Robson Tuma, pedindo para quebrar o sigilo bancário da empresa Sidone, que foi aquela que teve a sua fábrica, o seu laboratório interditado pela polícia e fechado, que V.Exa. tem cópia na frente... Nós, então, havíamos proposto que...

**(Não identificado)** - *(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, exatamente. Então, e se desconfia — eu estou tentando esclarecer a V.Exa. — se desconfia que estes sócios podem ter ligações com outros, mas é uma presunção não é nenhuma informação. E eu gostaria de chamar a atenção pros Srs. Deputados que eu acabei de distribuir cópias com decisões do Supremo, onde não são aceitos argumentos genéricos nem nada. Então, eu... eu tô querendo zelar pela Comissão, entendeu? Não importa que algum segmento da imprensa possa achar que a gente tá *(ininteligível)*, muito conservador. O... importa é que esta Comissão vai chegar lá. E permanecer esta comissão de investigação e permanecerem os outros requerimentos em exame para, na medida em que nós chegarmos a indícios mais fortes, nós possamos reexaminar. Então, é esse o problema: era centrar nisso, manter a comissão, botar a Polícia Federal nisso e agir com força, entendeu, sem recuo. Uma perda judicial enfraquece a Comissão, enfraquece a subcomissão, enfraquece o Relator e esta comissão toda.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Sr. Presidente, sem querer ser impertinente... sem querer ser impertinente, eu gostaria de tentar contribuir para que eu e acho que todos nós entendamos. Veja os senhores...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu me permito o seguinte: se for questão de ordem... Se não, tenho que dar a palavra ao Relator.

---

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - É uma questão de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, então tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Sr. Presidente, na verdade eu quero, com todo respeito e admiração que V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - A recíproca é verdadeira com a mesma intensidade.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - ... às vezes a polêmica que o senhor estabelece conosco ajuda menos do que se a gente pudesse tentar ajudar. É... é muita presunção nossa tentar ajudá-lo mas, quem sabe, às vezes a gente consegue, né, a nossa humildade...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não tô querendo interromper nada, apenas dar a palavra ao Relator.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Eu queria... Sr. Presidente, é que a mim ficou absolutamente clara a proposta do Tuma. O que eu entendi desta proposta, que... assinada pelos três, que, pelo que eu tô entendendo, o Deputado Tuma tá ou retirando a assinatura dele ou dizendo que não é isso que V.Exa. entendeu. Que ele explicou que são nove sigilos. O que eu entendi que o Deputado Bittencourt propôs — e eu não... não tô vendo o Deputado Bittencourt aqui — é que era uma proposta intermediária, intermediária a esta que está na Mesa, do Tuma. Por favor, Deputado Bittencourt, o que o senhor propôs é a quebra do sigilo dos três, do labo... dos três laboratórios e da Dona Genilda e do Eduardo e do Elvécio(?), não?

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - *(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Então, eu quero... Quero dizer, Sr. Presidente, que... fazer um apelo ao Deputado Tuma de que nós fiquemos na proposta do Bittencourt, os três laboratórios, os três laboratórios, os sócios. Mas quantos sócios são? Dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não, não...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Como é que nós sabemos quem são os sócios...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre, nobre Deputado, está em votação... Nobre Deputado, tá em votação esse requerimento e

dou a palavra ao Sr. Relator, que está em votação este requerimento. Tá em votação esse requerimento. Eu dou a palavra ao Relator.

**(Não identificado)** - *(Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Então, cingindo-me ao requerimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero assegurar a palavra ao Relator, por gentileza, para que nós possamos concluir e tomar uma decisão sobre esta matéria. Por gentileza.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - O requerimento está assinado pelos Deputados Luiz Bittencourt, Carlos Mosconi e Robson Tuma. A presunção é que ele tenha validade, porque não foi pedida sua retirada.

**(Não identificado)** - *(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - É. Ele... esses três Deputados, que fazem parte da Comissão que está designada pra esse fim, eles pedem a quebra do sigilo bancário e fiscal da empresa Sidone e seus sócios proprietários. E dizem mais: "Interditada pelas autoridades policiais na cidade de Uberlândia". Tá escrito pelos três e assinado pelos três.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Sr. Pre... Sr. Relator?

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Só pra facilitar...

**(Não identificado)** - Esse é um dos requerimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Só pra facilitar. Pra facilitar, porque eu não tive... Porque, realmente, eu não tô compreendendo a... o grau de complexidade que está sendo colocado aqui nesta reunião. Também achamos muito difícil. Não é assim, a questão não é essa. Nós estivemos lá, em Uberlândia, e vimos o seguinte: são três entidades e são três pessoas envolvidas mais fortemente na questão. Quem é? É Dona Genilda, que, segundo nós entendemos da palavra inclusive dos funcionários, era a gerente da indústria clandestina. Dona Genilda. Quem é Dona Genilda? É a esposa do Sr. Eduardo, que é proprietário do Quimioterápica Brasileira, que é irmão do Sr. Elvécio, que é o dono do Sidone. Pronto. São os três, meu Deus do céu! Acabou, ué. Agora, eu não vou colocar... Veja bem, nós... nós fizemos... compreendeu, Sr. Relator? São essas três pessoas. Podem ter muitas outras e seguramente terá. Mas quem é que comanda o

espetáculo? São os três. São dois irmãos e uma mu... esposa de um deles. Pronto, uai.

**(Não identificado)** - *(Ininteligível)* ...vamos ter que examinar o último que tá aí?

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - Nós fizemos lá, vimos lá o motorista da empresa, me parece que é vítima. Então, eu não vejo... eu não vejo muito senti... tratar o três, esse motorista, da mesma maneira como tratar os três. Então, eu peço ao Relator, porque eu acho que essa que... e faço um apelo, inclusive, ao Deputado Robson Tuma, que concorde com essa proposta de quebrar o sigilo bancário dos três, pra iniciar a investigação.

**(Não identificado)** - Dos três.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - Dos três. E depois, se for necessário, vamos estender para outros.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Qual é o teor do último requerimento? Porque nós estamos patinando, patinando. O último é que vale.

**(Não identificado.)** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Assegurada a palavra ao Sr. Relator, para... até que ele conclua.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Relator, Sr. Relator! Me dá um aparte, Sr. Relator? Sr. Relator, eu não tenho nada contra esse último requerimento que foi apresentado. Só que, com o próprio estudo distribuído a esta Comissão, de autoria do Presidente Nelson Marchezan, consubstanciando decisões judiciais, eu acho que esse requerimento tem que ser reformulado. Eu não sou contra o reque... a quebra do sigilo bancário, mas reformulado, no sentido de que tenha justificativa, que tenha uma série de detalhes, pra evitar qualquer problema futuro. Eu acho... Eu acho, Sr. Presidente... Eu não dou contra, eu não tô contra. Eu apenas tô tendo cautela. Eu acho que, se for pedido, se for pedido a esta CPI a justificativa da quebra de sigilo bancário, não tem nenhuma justificativa aqui. E nós iremos, como lembrou... como lembrou...

**(Não identificado)** - O mandado de segurança será concedido.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - ... como lembrou o Presidente, sermos colocados na posição de ridículos, de constrangimento. Então, o que eu queria propor, Sr. Presidente, é que a primeira proposta de V.Exa. fosse votada, porque tem a justificativa apresentada pelo Sr. Relator, e que esse

requerimento fosse votado após apresentada uma justificativa. Porque, sem justificativa, apesar de estar de acordo com o objetivo, eu sou contra a forma regimental como ele tá colocado.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Se o... Se o Relator permite, eu queria, em acréscimo ao que V.Exa. tá dizendo, ler o item 3, que é uma decisão. "Individuação do sujeito passivo da ruptura da garantia constitucional: sendo individuais os direitos e a responsabilidade, é preciso que a necessidade e a fundamentação da ruptura dos sigilos se demonstrem para cada pessoa para quem se pretenda a **disclosure**. É o que se depreende do Despacho número tal, do Sr. Ministro Celso Melo, onde, apreciando a impetração do requerente e de seu cônjuge, deferiu a segurança quanto ao primeiro impetrante por referir-se a justificação 'a fatos genericamente enunciados' e, quanto ao cônjuge como 'tudo indica que essa deliberação, não obstante a extrema gravidade de que se reveste o ato que implica a... os dados sigilosos, apresenta-se completamente destituída da necessidade de fundamentação". Então, veja: eu distribuí — pedi isso, hoje, ao consultor da Comissão — para que nós possamos...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, leia o parágrafo seguinte, que é mais conclusivo ainda. V.Exa. leia o parágrafo seguinte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Em síntese, pode-se afirmar que a quebra do sigilo é possível às Comissões Permanentes de Inquérito, em deliberação do Colegiado, registrada em ata e sujeita às condições de fundamentação de sua relevância para o objeto da investigação, da sua necessidade ou utilidade para esse objeto e da individuação da motivação para cada sujeito para quem se pretenda a ruptura da garantia constitucional." Quer dizer, o meu papel é um papel que eu não gostaria de desempenhar neste momento. Mas eu acho que todos os Srs. Parlamentares têm bom senso e consciência jurídica de que nós queremos avançar nisso. E avançar mal nisso é levar uma surra. E eu não quero surra. Não quero surra nisso, entendeu?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Prudência, prudência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Prudência, entendeu? Por isso, eu, desde logo, concordei com as ponderações do Sr. Relator. Mas, diante disso, eu acho que nós devemos ficar... E eu retiro até minhas propostas, para que fique com Sr. Relator, e nós possamos pedir aos Srs. Relatores desses

requerimentos para que os apresentem adequadamente com só essa forma, entendeu? Não é?

**(Não identificado)** - *(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Eu faria uma proposta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não pode submeter à votação o requerimento.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Que os três, os três integrantes da Comissão, o mais rapidamente possível, façam um pedido englobando essas três quebras de sigilo fiscal e bancário, com a fundamentação possível, já que foram recolhidas peças do inquérito policial e, na próxima reunião, nós poderemos avançar com maior segurança.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente. Só...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu estive, numa oportunidade passada, com o Ministro...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. quer uma pela ordem? Tem pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Quero... Pra esclarecimento, Sr. Presidente. Eu estive, num momento passado, com o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso Melo, e ele disse que, ao seu entendimento, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem, sim, poderes de quebra de sigilo bancário e fiscal. Que, quando o Supremo suspende, ele suspende esperando a justificativa para aquela quebra e que essa justificativa não necessariamente precise ser apresentada por escrito. Ela pode ser verbal e, junto ao requerimento, como justificativa, encaminha-se as notas taquigráficas da sessão aonde foram dadas a fundamentação. Porque as notas taquigráficas nada mais é do que, obviamente, um documento oficial da Casa. Todas as justificativas dos requerimentos apresentados, se não houve algum Parlamentar, no dia que nós apresentamos os requerimentos aqui, foram apresentados... Eu tive o cuidado. Inclusive, V.Exa. disse que eu tava me excedendo no tempo. Eu pedi compreensão, porque era delicado, e expliquei e fundamentei uma a uma delas. E, mais do que isso, para que não pareça que esses requerimentos foram feitos de forma irresponsáveis, infundadas, eu trouxe também — e acredito que tenha sido distribuída pra todos os Parlamentares da Comissão —

todos os documentos apreendidos, aonde estão a comprovação de envolvimento de todas essas pessoas que nós pedimos, e, mais do que isso, a prova do seu envolvimento e a ligação entre eles, laboratórios frios, seus proprietários, administradores, com os laboratórios regulares, também com pessoas, inclusive presas em flagrantes pela polícia. Então, para que não fique aqui se fazendo colocações de infundamentação que se pede requerimento à revelia de fundamentações ou de qualquer maneira... Eu jamais apresentei algum requerimento que tivesse altamente fundamentado. As cópias taquigráficas e as notas taquigráficas — só pra concluir, Sr. Presidente — estão aí...

**(Não identificado)** - Pela ordem...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** -... os Parlamentares podem ver. E aqui estão todos os documentos que foram apreendidos, que também fundamentizam todos os pedidos de quebra de sigilo. Por isso, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Agora, os requerimentos foram apresentados. E eu acho que não cabe aninguém, a não ser à Comissão, decidir a sua aprovação ou não-aprovação. Eu acho que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Caropreso.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** -Sr. Presidente, peço... Pela oportunidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não, pela oportunidade. Eu só queria dizer ao Deputado Robson Tuma que em momento nenhum eu disse que o requerimento era irresponsável. Em momento algum. Eu apenas disse que o requerimento que foi apresentado agora está sem a justificação e sem a fundamentação. Este requerimento. Eu acho que o Deputado Robson Tuma tem que entender que aqui é a CPI dos Medicamentos, não a CPI do Narcotráfico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Caropreso.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Sr. Presidente... Sr. Presidente, eu gostaria de enaltecer o trabalho do Relator e dessa Presidência pela condução ou, pelo menos, neste momento, até por um passo de sabedoria ao



solicitar da Consultoria Legislativa como proceder nesse respeito da quebra de uma garantia constitucional. Na realidade, nós temos, enquanto Comissão, enquanto Poder Legislativo, nós temos que ter o maior respeito e cuidado ante os passos a serem tomados. Portanto, eu julgo como altamente procedente esse cuidado que V.Exa., assim como o Relator, estão tendo para que essa CPI não caia na desmoralização. Era só isso que eu gostaria de acrescentar, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Agradeço. Eu quero dizer publicamente que eu não tenho nenhum motivo pra duvidar da fundamentação que os Deputados apresentaram. Mas, dito isso, eu quero acrescentar que, com a preocupação que tanto o Presidente quanto todos nós temos de que nós não podemos errar no primeiro, não me parece que haja prejuízo de uma reunião dos Deputados que estiveram em Uberlândia com o Sr. Relator, até porque, para a próxima reunião, pode ser que eles venham com a proposta, digamos, que interme... que seja até um consenso entre eles, como o primeiro passo. Se assim fosse e se, com a concordância da Comissão, com quem nós, já reiteramos, não queremos fazer nenhum tipo de julgamento — porque, se eles mantiverem o requerimento, eu voto a favor... Mas não vejo o prejuízo de que haja uma reunião entre o Sr. Relator, esta Comissão, que fundamente pedidos e que a gente, na próxima reunião, com total segurança, vote, e que não haja recuo na quebra de sigilo.

**(Não identificado)** - Inclusive, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Fernando Zuppo, tem V.Exa. a palavra.

Não, eu fico num constrangimento. Eu quero assegurar a todos a palavra. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - É, mas se o Deputado Arlindo Chinaglia me permite, somente complementando a fala dele, pra que nós possamos discutir inclusive a fundamentação desses requerimentos. Porque se a Comissão

chegar à conclusão pela quebra de um sigilo, não me parece que seja o Deputado que vá fundamentá-lo. A Comissão, com toda a sua assessoria, é que ajudará a fundamentar esse requerimento. Senão, também fica uma incumbência ao Deputado sem que ele tenha assessoria suficiente pra poder fazer a fundamentação de um requerimento desse.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Me parece que a... perdoe-me...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ô Zuppo... Deputado Zuppo, na verdade, quem propõe tem que apresentar a fundamentação. Nesse requerimento, nesse requerimento que eu tô levantando, nobre Deputado Zuppo, é que aqui diz a quebra do sigilo dos ex-sócios, sem dizer quem são esses sócios, quais são. Depois, a Comissão toda vai consubstanciar, mas não deixar de forma genérica.

**(Não identificado)** - Eu... Eu concordo com o Deputado Arlindo...

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem.

**(Não identificado)** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa.... Deputado Salatiel.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Sr. Presidente, eu acho que essa discussão toda ela é extremamente válida. Nós estamos aqui hoje dando um dos passos mais importantes dessa CPI. Os olhos do País estão voltados pra esta CPI. Não cabe aqui a menor insinuação de pirotecnia. Nós temos que ter absoluta serenidade na condução dos trabalhos. E, mais uma vez, eu me congratulo... Desde o início dessa CPI, Sr. Presidente, eu já estava tranqüilo com relação ao seu sucesso e, não sei se V.Exa. se recorda, mas eu aqui dizia, na primeira reunião da nossa CPI, da tranqüilidade que eu tinha e do conforto que eu tinha em ter V.Exa. como Presidente dessa CPI e o Relator... como Relator, o Deputado Ney Lopes, que são dois homens experimentados. O Deputado Ney Lopes tem-se saído com o melhor desempenho nas muitas missões que esta Casa lhe deu, colocou nas suas mãos. E eu acho que essa atitude do Sr. Relator, que, pela análise aqui das colocações feitas, tem o respaldo maduro, sereno, dos membros desta Comissão,

Sr. Presidente, eu acho que nós estamos dando um passo importante. Até porque, se começa agora essa fase dos requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, nós precisamos começar com muita segurança, com muita firmeza. O nosso papel aqui não é nos perdemos no ficar meramente numa fiscalização policialesca, mas que nós venhamos a ter resultados efetivos e atender a expectativa da sociedade. Portanto, Sr. Presidente, eu acho que foi salutar esse debate. E a Comissão inicia essa fase de análise de... sobre os requerimentos de forma muito segura.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**(Não identificado)** - Sr. Presidente...

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, pela ordem.

**(Não identificado)** - Questão de ordem. Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero agradecer ao Deputado Salatiel.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra, Deputado Mosconi.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Sr. Presidente, eu acho que seria muito plausível que nós adotássemos a proposta do Deputado Arlindo Chinaglia. Eu acho que nós poderíamos conversar, depois, nós três, com o Relator e chegarmos a uma conclusão a esse respeito. O Deputado Arlindo Chinaglia, que é um dos Deputados mais ponderados da Casa — e há quem diga que ele seja radical, injustamente... (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Depende do ângulo que se olhe.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - ... teve o bom senso de apresentar esta sugestão, que realmente vem ao encontro do que todos queremos...

**(Não identificado)** - *(ininteligível)* ...radical.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - V.Exa. me permite um aparte? Peço eu.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Eu também concordo. Agora, de forma...

---

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Deputado Mosconi, Deputado Mosconi. V.Exa. pode me cumprimentar na próxima reunião da bancada do PT. Aqui...

**(Não identificado)** - *(Intervenção ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Olha... Olha como é que fica a situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas eu salvei. Disse que dependendo do ângulo que se olhe, viu, Deputado Déda. Dependendo do ângulo. (Risos.)

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Bem, eu acho que a proposta do Deputado Arlindo Chinaglia podia nos dar a seguinte sinalização: primeiro, nós votávamos essa quebra, pra não sairmos daqui sem nenhuma decisão, e essa conversa teríamos logo em seguida, para uma providência, se for o caso, na próxima semana. E temos muita matéria relevante pra discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Em votação a proposta do Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O que vai votar? Aquela do Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou dar pela ordem.. Pela ordem, mas eu vou dar um minuto.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu quero saber qual é o requerimento... Qual é o requerimento que ele tá colocando em votação? Qual é o requerimento?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu sugiro o seguinte...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Qual é o requerimento que ele tá colocando em votação? Qual é o requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, V.Exa... Eu já botei em votação. Pra se manifestar sobre a proposta do Sr. Relator.

**(Não identificado)** - Pela ordem.

**(Não identificado)** - Pela ordem.

**(Não identificado)** - Sidone?

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sobre a proposta, o Deputado Robson.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, a respeito da proposta feita...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas, e o requerimento todo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - A respeito da proposta feita pelo nobre Relator, não adianta nós quebrarmos o sigilo desse e deixar os outros. Então, eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Então, retira.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - ...prefiro, em vez de concordar com essa proposta, fazer a seguinte proposta, Sr. Presidente: já que todos aqui estão dizendo que são favoráveis à quebra do sigilo, mas o que querem é o esclarecimento, e enquanto a Assessoria tenha tempo inclusive pra pegar as cópias taquigráficas da outra sessão, na apresentação, aonde tá o histórico da viagem, nós pudéssemos adiar a votação de todas as propostas para uma próxima sessão, referentes a Uberlândia, a fim de que todos os Parlamentares venham convictos se querem ou não querem quebrar o sigilo, sem a argumentação mais de que não houve fundamentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - E viria... Tá bem.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Então... E pedir à Assessoria que traga uma cópia das notas taquigráficas aonde os três Deputados que tiveram em Uberlândia fizeram a fundamentação completa de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., Deputado Tuma. Tenho... Em votação a proposta do Deputado Tuma. Para encaminhar, com o Deputado...

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, se não houver discordância...

**(Não identificado)** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Bittencourt com a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - Eu só queria fazer uma observação, Sr. Presidente. Que seria uma enorme incoerência da nossa parte,

depois de uma discussão como essa, colocar em votação apenas o requerimento da Sidone, que é o mais mal feito dos dez requerimentos apresentados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Nós estamos retirando. Estamos...

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - Então, eu entendo que a proposta do Deputado Tuma ela atende, neste momento, o que a Comissão quer, com a condição de que nós possamos, amanhã ou no mais tardar na terça-feira, colocar em votação a quebra do sigilo bancário das pessoas propostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - E a nossa argumentação, eu quero dizer aqui ainda, concluindo, não vai alterar em nada, porque ela já está totalmente fundamentada na reunião de apresentação do relatório e nos documentos que os Deputados já têm em seu poder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Com a o Deputado Arnaldo Faria de Sá, pra concluir.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu queria... eu queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço a compreensão dos Deputados. Nós não tomamos nenhuma decisão e a Ordem do Dia está começando. Nós temos ainda algumas propostas do Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu só queria, rapidamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Rapidamente, então.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - ... reforçar a proposta do Deputado Arlindo Chinaglia. Que os três Deputados que tiveram a incumbência de Uberlândia estivessem reunidos com o Sr. Relator. E chamar a atenção, Sr. Presidente, que esse requerimento que seria colocado em votação, que não foi, na última linha, tem uma coisa extremamente preocupante, Sr. Presidente — esse requerimento da empresa Sidone. A última linha: "Bem como de seus ex-sócios proprietários". Quer dizer, sem individualização nenhuma. Quer dizer, inclusive, há um risco muito grande de se votar esse requerimento.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - É verdade. O Deputado Márcio pediu a palavra. Eu gostaria de pedir a sua compreensão.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS** - Sr. Presidente, é rapidinho. Realmente, esse requerimento que tá se apresentando aqui, eu acho que esse requerimento não tem fundamentação. Mas a gente tem que levar em consideração que, assim que chegaram de Uberlândia, o Deputado Robson Tuma sentou aí. Ele justificou requerimento por requerimento de todas as pessoas envolvidas em Uberlândia. Eu acho que aquilo... Aquele dia, foi perfeitamente fundamentado a quebra do sigilo bancário de cada uma daquelas pessoas. Eu acho que todos tão lembrados...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Em votação a proposta do Deputado Robson Tuma, conjugada com a proposta do Deputado Arlindo Chinaglia. Os que concordarem permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada. Com a palavra o Sr. Relator para novas propostas.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Sr. Presidente, já que nós estamos falando de informações absolutamente fundamentais à Comissão, eu quero agora pôr em debate a questão relativa a diligências que terão que ser feitas para esclarecer essas questões ligadas a superfaturamento de importação de insumo e, naturalmente, as suas dilações, as suas conseqüências. Devo informar às senhoras e senhores integrantes dessa CPI que, por determinação do Sr. Presidente, estive hoje, pela manhã, com o Dr. Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal. Fui lá para ter daquele Secretário o relato do alcance possível na busca de uma eficácia do nosso trabalho, para alcançarmos realmente os objetivos de esclarecimento destes fatos de maneira que não paire dúvida sobre a Comissão do seu esforço e da sua intenção de mostrar à sociedade brasileira o que efetivamente está ocorrendo em relação, sobretudo, a esses insumos importados; e que, em função de informações existentes na Comissão e outras dos próprios Parlamentares, a imprensa vem divulgando acréscimos de mil, de 3 mil por cento e etc. — e, portanto, a opinião pública tomando conhecimento. Na conversa com o Sr. Secretário da Receita Federal e seus assessores, a primeira indagação feita foi a seguinte: "afinal, o que é que deseja a CPI?" Porque, evidentemente, nós tínhamos que estabelecer uma pauta, uma orientação das dúvidas que aqui existem para que a Receita Federal, que é o órgão próprio para proceder uma verificação, uma investigação mandando para a CPI o relatório que será debatido a nível

parlamentar, eles pudessem ter uma efetiva orientação. Então, eu levei as seguintes questões, que submeto à apreciação das senhoras e dos senhores Deputados, em torno do problema fiscal ora abordado: o que é que deseja a CPI? Deseja ser informada do seguinte: primeiro, as importações realizadas do insumo... Sim, antes disso, há uma premissa aqui dessas questões. É que nós vamos ter, na medida em que essas questões devam ser feitas e na medida em que há exigência da Receita Federal de quebra do sigilo fiscal, sem o qual não será possível responder a esses quesitos, porque a Receita ficará impedida de prosseguir no seu trabalho, então, nós vamos ter que, caso seja aceita essa proposta, definir um critério de empresas, de número de empresas e, conseqüentemente, dos insumos usados por essas empresas escolhidas para efeito de fabricação de determinados medicamentos, de determinados produtos. Haverá de se ter aqui um critério que fique muito claro, para que não paire dúvida de que porque entrou fulano não entrou ciclano. Vamos ter que ter um critério. É ponderando antes que teremos que fazer, em razão da orientação da Receita Federal, que deseja, como nós, rapidez, por amostragem, evidentemente, este trabalho, porque este é um trabalho que estará sujeito a prazos. Os pedidos de informações que, por exemplo, não estiverem nos computadores da Receita terão que ser objeto de diligências fiscais. E, naturalmente, os contribuintes podem dizer: eu só posso atender isso no prazo da lei. E o prazo mínimo da lei que me foi relatado, tendo aqui inclusive um assessor da Receita presente, é de vinte dias, que pode ser solicitado para atendimento de uma exigência. Então, se nós partirmos... temos que partir para uma amostragem, cujo critério ficará em debate, em seguida. E, em razão disso, procuraríamos saber o seguinte: primeiro, as importações realizadas por cada empresa da lista, né, do insumo indicado — nós vamos citar — no período de 97 a 99. Quer dizer, nos últimos três anos, essas importações discriminadas. Segundo, qual o preço dessas importações, qual o preço efetivo dessas importações. Terceiro, qual a origem e procedência das importações referenciadas, esclarecendo se é caso de operação realizada entre empresas transnacionais, inclusive de matriz para filial, que é uma dúvida muito freqüente aqui e muito alegada. Então, tá claro aqui, há diligência também neste sentido. Em seguida, comparado detalhadamente os preços praticados no mercado internacional com os valores declarados à Receita. Essa comparação vai permitir detectar remessa ilegal de lucro, pagamento de Imposto de Renda, pagamento de Imposto de Importação etc., feito, evidentemente, esse



trabalho tecnicamente pelos auditores e fiscais da Receita. E, por fim, esclarecer se cada uma das empresas mencionadas recolheu à Receita Federal nas importações de insumos realizadas os impostos devidos, inclusive em relação às normas legais vigentes no País aplicáveis a preço de transferência, porque fomos informados da existência de um critério do comércio mundial, regulado em lei no Brasil, justamente para preço de transferência, que se aplica basicamente em duas situações: ou nas importações da empresa transnacional dela mesma, da filial importando da matriz, ou quando é um terceiro, que pode ser qualquer um, nacional ou internacional, importando de um paraíso fiscal. A legislação brasileira tem as regras estabelecidas claramente para esses procedimentos, e, quando se diz aqui que se pagou imposto, queremos saber também se pagou imposto em relação a essas regras do preço de transferência, porque é fundamental para o esclarecimento técnico da matéria, pelo que depreendi da conversa com o Secretário da Receita Federal e seus assessores. Desde que atendidas essas indagações, nós teríamos que definir o quê? O critério das empresas e o critério dos insumos. O critério das empresas. Eu coloco em debate dois critérios sem prejuízo de um terceiro ou de um quarto. Ou seriam as dez maiores do País, ou seriam as 21 empresas da ata, que firmaram aquela ata da reunião em São Paulo, sendo que, na segunda hipótese, vai demandar um pouco mais de tempo, mas isso eu não tenho nenhuma opinião a dar, e cabe à CPI esclarecer se esses critérios são bons ou se têm outros critérios. Estou apenas sugerindo para efeito de debate, e os insumos, na hora que nós definirmos as empresas — e o insumo como é um trabalho muito técnico, a nossa Assessoria Especializada pode, na listagem do Ministério do Desenvolvimento, indicar o insumo vinculado àquela empresa que consta da lista que use o insumo para fabricação do seu produto final. Então, é este o resultado e a proposta que faço como decorrência da missão que recebi do Sr. Presidente e também por força delegada da própria Comissão, considerando os vários pedidos que tramitam em torno desta matéria e uma explicação que eu acho a CPI deve à opinião pública brasileira. Estou convencido, estou convencido, se não estivesse eu teria a coragem suficiente e a honestidade para dizer o contrário, correndo qualquer risco de incompreensão que pudesse correr, mas estou convencido, salvo entendimento judicial futuro que a gente não pode nunca garantir, de que há razões e há fundamento considerando a disparidade numérica da fração, do valor entre o importado e os preços correntes dessa mesma matéria-prima em outras

importações. Se esse critério vai determinar ou não tal ou qual delito fiscal, só a Receita Federal pode esclarecer. Mas a nós, a mim me convence do ponto de vista da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que conheço dessa matéria razoavelmente bem, acho que há justificação. Evidente que vamos ter que nos sentar e fazer uma boa justificação, mas isso seria já uma decorrência da aprovação, se for o caso, desta medida pela CPI. Mas há fundamentos legais que justificam essa fundamentação, e mesmo que venha a ter uma controvérsia judicial, isso depende de entendimentos, mas não será por generalidades, porque nós vamos inclusive atender àquilo que o Presidente Marchezan falou há pouco: a individualização. Ou seja, nós não vamos pedir por generalidades, nós vamos dizer: "empresa tal, insumo tal, importação de tal insumo por um preço que é disforme ou é muito diferente de outro importado por outra empresa". Quer dizer, nós estamos dando elementos que justificam uma diligência. Se esta diligência pudesse ser feita, como eu confesso era até o meu entendimento inicial, pela Receita Federal e transmitida à Comissão, aí a gente poderia deixar até a quebra do sigilo fiscal para uma outra oportunidade. Mas como a própria Receita diz que não é possível em razão da legislação, outra alternativa não existe senão esse caminho da quebra do sigilo nas empresas e nos insumos a serem determinados por esta CPI. Esta é a proposta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Sr. Relator. Pediu a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin, a quem concedo a palavra. Gostaria de propor aos Srs. Deputados o seguinte: como começou a Ordem do Dia, e esta é uma decisão que nós não podemos tomar nesta sessão, faremos o debate. E eu proponho ao Relator que amanhã pela manhã, ouvido o debate, traga a proposta para a gente votar antes de começar os debates. Consulto os Srs. Deputados sobre essa medida de prudência, porque nós já estamos...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Eu queria fazer uma diferença só. Eu acho que V.Exa. tem razão, só que eu acho que não tem que começar nem o debate. Eu acho que devia distribuir isso que o Deputado Ney Lopes colocou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas eu não posso agir assim.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Pode, porque a Ordem do Dia está começando, a luzinha já está piscando. Então, não adianta debater hoje sendo

que a gente... Eu queria ver isso. Então, é só por questão de economia processual. Não polemizaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Magela, eu estou sendo... economia processual. Deputado, eu lamento ter que de vez em quando contrariar os Srs. Deputados para o funcionamento. Veja o seguinte, Deputado Magela: amanhã nós temos três depoentes. Nós não podemos discutir isso amanhã de manhã, porque senão nós não juntamos... Nós temos que...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Sr. Presidente, nós nunca temos razão. V.Exa. tem razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, tudo bem, Deputado. Não é isso, Deputado Magela. Deputada Vanessa, V.Exa. não quer falar?

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Claro, eu estou inscrita, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Então, é que V.Exa. está contrariando o Deputado Magela. Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu contrariando?

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Sr. Presidente, quem está me contrariando é V.Exa. que nem me permitiu terminar, e eu fiz uma questão de encaminhamento para a Comissão. Se V.Exa. tem mais poder do que a Comissão, abra a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tudo bem. Mas está em discussão a proposta de V.Exa., então, se V.Exa. quiser, Deputado. O que V.Exa. quiser propor

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Os Srs. Deputados concordam em encerrar agora ou desejam debater?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, até ...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Sr. Presidente, eu gostaria, se V.Exa. me permite, eu me inscrevi para falar a respeito da proposta do Relator, mas gostaria, antes disso, de falar sobre o encaminhamento proposto pelo Deputado Magela, se V.Exa. me permitir, obviamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Claro.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu acho o seguinte, Sr. Presidente: ou — e nós temos duas saídas na minha opinião — nós começamos a discussão agora, ou marcamos a reunião de amanhã com uma hora de antecedência do início dos depoimentos. Agora, a urgência e a necessidade do debate em torno da matéria é fundamental, ninguém desconhece. Ou iniciamos agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exas. têm que democraticamente decidir o que fazer. Só devo dizer a V.Exa. que a reunião de amanhã está marcada regimentalmente para às 9 horas, e não eu posso convocar essa reunião para debater isso para às 8 porque estaria fora do Regimento. Prestados os esclarecimentos, V.Exas. têm a palavra para discutirem a matéria.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Pois não, Sr. Presidente. Eu repito aqui, eu acho que nós estamos entrando, talvez, na parte mais importante da discussão desta Comissão. Eu gostaria de, em primeiro lugar, concordar, Sr. Presidente, com a proposta apresentada pelo nobre Relator. Agora, fazendo algumas ponderações. E ao mesmo tempo solicito um esclarecimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas há uma proposta do Deputado Magela que eu devo, sob pena de passar sob o título ... entendeu?

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Encaminhar a votação se inicia ou não o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tenho... Devemos debater o assunto ou devemos encerrar? Vejam: nós temos tempo para debater hoje porque a Ordem do Dia, a votação não começou. Nós não podemos, quis advertir, decidir.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, deixe eu fazer um encaminhamento, porque eu acho que eu contribuo para resolver...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - A Deputada Vanessa está com a palavra para discutir a proposta do Deputado Magela.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu me inscrevo, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu, Sr. Presidente, eu proponho que continuemos o debate. Quando formos chamados para a votação nominal...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Caropreso.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Uma questão só de encaminhamento, também, Sr. Presidente, Sr. Relator, amanhã nós teremos importantíssimos depoimentos. Portanto, eu acho que é praticamente impossível nós continuarmos nesse ritmo de discussão de uma matéria tão importante como essa, como a Deputada Vanessa Grazziotin colocou. Nós temos que escolher os insumos mais vendidos no Brasil, os mais importantes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas essa é a proposta que eu ia fazer ao Relator, de ele trazer a proposta completa amanhã e distribuir cópia, e a gente votaria "sim" ou "não", votaríamos antes de começar a reunião, para que não se pensasse que nós estamos protelando decisões. A idéia de estudar e de aprofundar não significa protelar, entendeu? Então, era este o sentido da proposta: que nós discutíssemos, o Relator colheria o pensamento e, amanhã, traria, leria, e a gente encaminharia a votação, para não perder muito tempo. V.Exa. é a favor de discutir hoje ou não?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Eu acho que não. Amanhã, de qualquer maneira, eu acho que não é o dia para se discutir, amanhã nós teremos importantes... Eu acho que nós poderíamos prorrogar, assim que possível, o debate a partir de agora sobre esses insumos.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - V.Exa. me permite um esclarecimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Dou a palavra ao senhor...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Eu apenas quero deixar muito claro que, como Relator, eu não terei condições de apresentar nenhuma proposta de relação de empresas a serem investigadas. Não terei. Eu acho que isso tem que ser critério do Plenário, porque aí corro o risco de omitir uma e ser acusado de proteção. Na hora que o Plenário definir a relação, aí nós fazemos a pesquisa dos insumos, dos produtos. Agora, nome de empresa eu não posso propor.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Com referência à proposta apresentada pelo Deputado Geraldo Magela...

*(Intervenção inaudível.)*

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço aos Srs. Deputados que não façam discussões paralelas sob pena de prejudicarem os colegas. Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, eu imagino que o Deputado Magela quer assegurar a possibilidade de, passada esta noite, passadas as horas, quem sabe algum Deputado possa obter maiores informações e ter uma proposta mais aprimorada. Mas isso, na minha opinião, não é necessário que se contraponha a uma discussão que se inicie agora, até porque, qualquer um Deputado que vier com alguma proposta terá assegurado o direito de encaminhamento e apresentará como proposta. Eu me solidarizo totalmente com o Deputado Magela para buscarmos juntos uma proposta. Mas eu acho que nós temos que discutir, e até quero me inscrever para fazer uma defesa de uma proposta de um critério.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Podemos então prorrogar a sessão até que se comece a votação na Ordem do Dia para discutir?

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS** - Sim, isso é maioria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Os que concordarem com a proposta do Deputado Magela se levantem, os que discordarem fiquem sentados. (Pausa.) Dois votos contra, entendeu? Três votos contra. Aprovada a permanência da discussão. Vamos abrir as inscrições.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, quero me inscrever.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Para discutir, a Deputada Vanessa está com a palavra. Anote os Deputados... Deputado Sérgio Novais, Deputada Vanessa, Deputado Linhares, Deputado Arlindo Chinaglia, Deputado Márcio, Deputado Magela, Geraldo Magela.

Com a palavra a Deputada Vanessa.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, se for para apresentar proposta, eu gostaria que V.Exa. fizesse o seguinte encaminhamento: que cada Deputado, se tiver proposta, apresente, porque uma coisa é discutir, e depois a gente ouve muita gente e, ao final, temos que discutir outras propostas que surgem. Eu proporia, então, se houver concordância do Plenário, que, primeiro,

rapidamente, cada um apresentasse sua proposta — quem tem —, e depois nós discutíssemos um conjunto de propostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, eu devo dar a palavra para os Srs. Deputados discutirem... Perdão. Eu vou dar a palavra para os Srs. Deputados discutirem a proposta do Sr. Relator, podendo acrescentar, reduzir, ampliar, cada um terá pleno uso, o que atende à sugestão do Deputado Arlindo Chinaglia. Com a palavra a Deputada Vanessa. Vamos fazer em três minutos.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu não imagino que alguém se inscreva para algo que não seja para apresentação de proposta. Mas, Sr. Presidente, rapidamente e sinteticamente, apresentando as propostas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu imagino que V.Exa. esteja respondendo ao Deputado Arlindo Chinaglia.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu concordo com a proposta do Relator, tenho alguns reparos.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Perdão, Presidente. Presidente, V.Exa. me citou, e eu não entendi. A Deputada Vanessa respondeu a mim, foi isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, ela disse que não imaginava que alguém pudesse falar senão para propor alguma coisa.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não, é possível. Aqui nós temos discussão, encaminhamento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Por fim, Sr. Presidente, posso começar a apresentar a minha proposta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pode começar V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu concordo e acho que devemos partir da relação dos 21 laboratórios. Mas não devemos nos deter somente a estes, porque nos levantamentos que fizemos em relação aos dados do Ministério do Desenvolvimento aparecem outros laboratórios que não constam da relação dos 21, que são, Sr. Presidente, os laboratórios — gostaria que fosse anotado, se possível — Hipolabor, Laboratório Americano e Sintofarma, que não aparecem e que seriam agregadas. Esta seria a proposta número um. A proposta número dois, Sr. Presidente, que a aprovação da proposta do Relator não prejudicasse a votação dos requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados,

porque entre esses requerimentos há alguns que eu considero de fundamental importância, como, por exemplo, encaminhar solicitação ao Ministério do Desenvolvimento, pedindo complementação nas informações, que é exatamente que ele complemente aquela relação, apresentando o nome do laboratório onde as empresas do Brasil estão comprando no exterior. Entendeu, Sr. Presidente? Então, que não imaginemos aqui que a proposta do Relator prejudique qualquer dos requerimentos relativos à matéria que estão sendo apresentados na Comissão, esperando uma votação, uma deliberação. Em relação aos insumos, Sr. Presidente, eu acho que o correto seria que partíssemos não só dos produtos que são líderes no mercado, mas que pegássemos aqueles produtos que tiveram um aumento significativo nesses últimos meses, fazer um levantamento desses produtos que tiveram um aumento significativo, comparar e ver se a matéria-prima consta de qualquer irregularidade no relatório do Ministério do Desenvolvimento, e esses também seriam incluídos. Ou seja — para finalizar, Sr. Presidente —, que esse critério de aprovação não seja fechado, que esteja aberto a outras empresas e a outras propostas de insumos, então, iniciaremos com os 21 laboratórios e mais aqueles onde já foram detectados indícios de superfaturamento. E os insumos, quais seriam? Os insumos seriam os mais vendidos no mercado e aqueles que tiveram aumentos que consideramos elevados neste último período. Agora, isso não basta Sr. Presidente. É preciso também que solicitemos o trabalho, para que o trabalho seja feito em relação aos insumos, onde laboratórios produzem similares, para que possamos complementar o elo das informações, porque não nos basta o dado daquele que superfatura, precisamos comparar o dado do superfaturado com o dado real. E, aí, só existe um caminho: pegar o insumo e investigar o laboratório que está comprando com o preço superfaturado com aquele que está comprando pelo preço correto, e no caso pode ser um laboratório nacional ou um laboratório até mesmo oficial, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra ao Deputado Sérgio Novais.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS** - Acredito também, Sr. Presidente, que a postura do Relator em buscar a base, que são as 21 empresas, concordo também com isso. Agora, quanto a essa colocação da Deputada Vanessa, eu acho que nós já temos aqui, na Comissão, todos os insumos que tiveram divergências de importação significativas. Então, eu acho que esse é o critério que deve comandar.



Nós temos que relacionar pela ordem de distorção. A partir daí, com essa ordem de distorção firmada, nós vamos identificar além desses 21 laboratórios que já estão definidos pela ata, pelo crime que cometeram, vamos identificar aqueles outros laboratórios que trabalham com esses insumos. Eu acho que o critério... Seriam dois critérios: o critério da ata e o critério dos insumos. Esse critério de insumos — e claro que vai ter, nesses dois conjuntos, intercessões. Mas, nesse critério de insumo, relacionar as maiores distorções e, conseqüentemente, todos os laboratórios que estão envolvidos nas maiores distorções estariam dentro do critério. Eu acho que são esses os critérios: a ata e o insumo, por ordem de distorção. A partir de um certo momento, vamos abandonar distorção pequena, mas distorção grande seria o interessante. Então, é esse aspecto que vejo. E queria também, já, que...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS** - Outra questão que deveríamos... E eu pergunto ao Relator: nesta conversa com o dirigente da Receita Federal, além da questão dos insumos, que já estão aqui devidamente encaminhadas, quais seriam, nessa quebra de sigilo fiscal, os outros pontos que poderiam ser averiguados, porque eu acredito que não é só a questão do insumo. Neste momento vamos invadir áreas assim bem maiores, e aí precisamos saber — e V.Exa. esteve com o delegado da Receita Federal para saber que outros pontos poderão ser atacados.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Olhe, respondendo a pergunta de V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, se V.Exa. o Sr. Relator desejar...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Ele fez uma pergunta a mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Ah! Ele fez uma pergunta? Então, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Tem votação no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Está em votação já?

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Comunicaram-me agora.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - (Está em votação no plenário? Cheque para nós rapidamente.) V.Exa. não se incomoda se eu mandar checar, não é, Deputado?

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - V.Exa. me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Olha, eu queria...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O Relator está com a palavra para responder uma perguntar ao Deputado Sérgio Novais. Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Eu queria fazer um apelo aqui para que todos fizessem... (Pausa.) A Deputada Vanessa é muito zelosa quando estamos falando, e estou aguardando um pouco, porque ela está no telefone. (Pausa.) Bem, eu queria fazer um apelo aqui para que nós nos esforçássemos para sermos os mais racionais possíveis, a partir do momento em que a opinião pública vai nos cobrar, como já está nos cobrando, explicações sobre esses fatos. Então, se nós nos perdermos com muitas evasivas, com generalidades, com desejo percuciente de descer em detalhes, nós poderemos não atingir os nossos objetivos. Respondendo o que indagou o Deputado Sérgio Novais, o Superintendente da Receita Federal, o Secretário da Receita Federal é um homem inteiramente aberto, ele está inteiramente à disposição da Comissão. Ele até agradece, e ele disse: "Eu sou coletor de impostos e pode me trazer uns trocados". Então, a Receita Federal está inteiramente à disposição. Não há limitação. Agora, a Receita Federal trabalha, como todos os órgãos, dentro de limites legislativos, de competência, de ação, de normas etc. Eu passei duas horas e meia lá, tentei exaurir nessas indagações todas as perguntas que pudessem nos ajudar, sob todos os ângulos e, segundo o parecer dele, o que ele pode fazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sr. Relator, devo interromper V.Exa. para informar a V.Exa. e aos Srs. Deputados que já se iniciou a votação nominal no plenário. Portanto, peço a V.Exa. que tentasse concluir.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Relator, antes de encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O Relator está com a palavra.

---

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu pedi a palavra ao Relator. Só queria informar a V.Exa., Relator, que a Comissão já está tendo resultado, porque hoje a Agência Nacional de Vigilância Sanitária já liberou os primeiros seis genéricos, da AMS - Indústria Farmacêutica liberou ampicilina, cefalexina e cloridrato de ranitidina, e do laboratório Teuto liberou cetoconazol, furosemida e sulfato de salbutamol . Portanto, já é um bom resultado.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Bem, não adianta falar. Vamos discutir o assunto. Agora, por fim, quero dizer o seguinte: eu acho que amanhã uma reunião é temerário, porque amanhã é um depoimento muito quente, digamos assim, e nós não podemos fazer reunião sob pena de atrapalhar o depoimento.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, antes de V.Exa. terminar, só como medida de sugestão...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, a reunião está um pouco desmilingüida, é preciso dar um encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Está falando o Deputado Robson Tuma.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Se há a possibilidade, Sr. Presidente, de a Assessoria fazer uma lista de inscrição, primeiro daqueles que são membros da Comissão, para depois os não-membros falarem, porque temos, em alguns momentos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Esta é uma proposta que pode ser examinada em uma outra reunião, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Fica a sugestão para V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Está bom, fica a sugestão registrada, Deputado. Deputado Arlindo Chinaglia, vou encerrar, quer V.Exa. a palavra?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não, Sr. Presidente, é para saber... O Sr. Relator fez uma ponderação no sentido de que amanhã não deveremos discutir, e até concordo, pois amanhã haverá uma reunião muito importante. Diante da insuficiência de tempo e com a repercussão de não termos discutido, queria saber de V.Exa. se nós poderemos — e queria sugerir para a reunião possível de se fazer esse debate que nós formulássemos propostas ou que debatêssemos a partir da aprovação do Relator. Enfim, como é que o senhor sugere que a gente aqui proceda?

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu sugiro duas coisas: primeiro, que o Sr. Relator se reúna, como ficou mais ou menos sugerido, com os membros da diligência de Minas Gerais, para opinar sobre aquelas matérias; segundo, que o Sr. Relator, amanhã, amanhã, não, provavelmente na terça-feira, faça uma proposta concreta, e nós votemos essa proposta, e até lá, até amanhã, os Srs. Deputados que tenham sugestão a fazer pudessem fazê-las diretamente ao Sr. Relator, todas as sugestões, para nós tomarmos uma decisão. Deputado Arlindo Chinaglia, agora eu estou angustiado para que decidamos alguma coisa nesta matéria, solidamente, consistentemente, no sentido de afirmar o trabalho desta CPI, e conto com a colaboração de V.Exa. Nada mais havendo a tratar, convoco uma reunião para amanhã, às 9h, neste plenário, para ouvirmos, em audiência pública, o Dr. José Eduardo Bandeira de Mello, Presidente da ABIFARMA, Dr. José Aparecido Camargo, Presidente da ABRAFARMA, Dr. Fernando de Castro Marques, Presidente da Associação ALANAC, que provavelmente estará representado por um diretor daquela Associação. E também reafirmo a visita de segunda-feira a São Paulo, dizendo aos Srs. Deputados que desejarem participar da visita que o façam — estão todos convidados — junto ao Secretário, para as eventuais providências que devem ser tomadas de caráter administrativo. Muito obrigado a V.Exas. Está encerrada a reunião.